

# Olhem para Minas

29 NOV 1996

JORNAL DO BRASIL

JOÃO BATISTA ARAÚJO E OLIVEIRA \*

Os recentes resultados das avaliações de desempenho escolar promovidas pelo governo federal e pelo governo de Minas Gerais apontam para o acerto da prioridade conferida à educação básica e das políticas que vêm sendo implementadas naquele estado desde 1991. A posse, hoje, do vice-governador Walfrido dos Mares Guia como secretário, ainda que interino, de Educação, reafirma os compromissos do estado com a proposta educacional que vem sendo implementada de maneira competente e consistente. Mas revela, também, os ingredientes de um segundo salto qualitativo no sistema educacional daquele estado.

A maior novidade, sem dúvida, é a reafirmação do compromisso com os aspectos que mais avançaram até o momento, quais sejam, a centralidade e autonomia da escola, os critérios de escolha do diretor, o papel do colegiado e a avaliação externa e sistemática. Ou seja, a política educacional vai continuar. Num país acostumado a mudanças de política a cada secretário que sai, esta já é uma notícia alvissareira.

Avançando rumo ao Século 21, o governo de Minas coloca na agenda de prioridades dois tópicos da maior relevância: o estabelecimento de sistemas de mérito para

progresso na carreira docente e a articulação das redes estaduais e municipais. Essa articulação envolve duas questões: o financiamento e a gestão. Tratamos aqui apenas do financiamento, pois uma vez equacionado, abre-se espaço para uma gestão municipal do ensino, trazendo o controle da escola para mais perto das comunidades.

Foi de Minas que partiu a iniciativa de rediscutir os critérios de alocação de recursos públicos para a educação. O aluno estadual e o municipal merecem o mesmo tratamento. Na base da negociação, o governo estadual promoveu grandes avanços nos critérios de distribuição de responsabilidades pela rede de ensino. Aí está, em grande medida, a inspiração para a proposta do ministro Paulo Renato Souza, ao regulamentar a distribuição de recursos entre estados e municípios, através de lei federal em tramitação no Congresso Nacional.

Atualmente muitos estados e municípios utilizam seus recursos sem priorizar o ensino básico. Num estado como São Paulo, por exemplo, o governo estadual atende 90% dos alunos, enquanto os governos municipais simplesmente ignoram ou driblam os preceitos constitucionais e a prioridade social que deve merecer a educação básica. Mais grave, gasta-se muito mal. Se o gover-

no federal é acusado, com razão, de alocar desproporcionalmente seus recursos para as universidades, em detrimento do ensino básico, os estados ainda fazem pior. Gastam (a maioria, na verdade desperdiça) quase um terço dos recursos estaduais da educação (cerca de R\$ 15 bilhões) com ensino superior, ou seja, cerca de 5 bilhões de reais são alocados para pouco mais de 200 mil alunos. Esses estados não podem alegar que o novo plano visa a retirar recursos do primeiro grau - são eles mesmos que desviam os recursos do ensino básico para o ensino superior.

Se olharem para Minas, governadores, secretários de educação e deputados federais verão boas razões para apoiar, sem mais tardar, a proposta de lei que regula a distribuição dos recursos do ensino básico. O povo brasileiro já entendeu a importância da educação e se mobilizou pela melhoria da qualidade da escola. O governo federal começou a fazer a sua parte, disciplinando o uso dos recursos existentes antes de canalizar novos recursos para o setor. Diversos governos estaduais e municipais já se lançaram à luta. Agora, é a vez, dos políticos.

\* Consultor presidente da JM Associados, ex-secretário Executivo do MEC.